

necessidades dos usuários, promovendo as condições para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e para que as pessoas em situação de rua possam se organizar de forma autônoma, estudar, se qualificar profissionalmente e trabalhar.

Art. 32 - Os locais de acolhimento dessa população de rua devem possuir estrutura física adequada e em condições sanitárias para o seu uso coletivo, com espaços para guarda de pertences, higiene pessoal e lavagem de roupa.

Art. 33 - A alimentação disponibilizada pelos serviços socioassistenciais deve ser de qualidade e nutricionalmente adequada de conforme o perfil das pessoas em situação de rua atendidas.

Art. 34 - O trabalho social especializado com a população em situação de rua deve ser desenvolvido por profissionais qualificados e capacitados, por meio de formação continuada, que vão atuar a partir de conhecimentos teóricos-metodológicos e técnicos-operativos, considerando suas especificidades e diversidade, respeitando os princípios éticos do serviço público de suas categorias profissionais.

Art. 35 - No atendimento e acompanhamento especializado da população em situação de rua devem ser identificadas e registradas as suas condições socioeconômicas e culturais, subjetividades, necessidades e potencialidades, bem como as violações de direitos e de violência associadas à situação de rua, em ficha de atendimento, prontuário ou plano de acompanhamento, para que a equipe técnica possa atuar com mais efetividade, bem como fazer encaminhamentos mais assertivos.

Art. 36 - A coordenação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deve planejar sua atuação a partir de diagnóstico socioterritorial, fundamentado em dados oficiais, nacionais, estaduais e municipais, bem como dados da prática e experiência profissional.

Parágrafo Único - Os agentes públicos devem atuar de modo a promover a mediação de conflitos e a convivência pacífica e respeitosa entre as pessoas em situação de rua e aquelas que não estejam nessa situação, especial os comércio locais e órgãos públicos, orientando os envolvidos para a garantia dos direitos de todos e todas.

Art. 37 - O trabalho com a população em situação de rua deve garantir o direito à convivência familiar e comunitária, atuando para o fortalecimento e/ou reconstrução de vínculos familiares e/ou comunitários, seja estando com a família na rua ou não, bem como proporcionar o retorno da pessoa em situação de vulnerabilidade a seu lar familiar.

§ 1º - Dentre as ações de prevenção, respeitando a vontade da pessoa em situação de rua, devem ser desenvolvidas ações de fortale-

cimento dos vínculos familiares das pessoas em condições de vulnerabilidade, observando a necessidade de medidas conciliatórias e ações de escuta especializada de modo a orientar as famílias a enfrentarem seus problemas e evitarem a quebra dos seus vínculos.

§ 2º - Devem ser promovidas todas as medidas socioassistenciais, de saúde, moradia e demais políticas públicas para que crianças, adolescentes e mulheres grávidas tenham as condições de ficar com os seus genitores e filhos, respectivamente, garantindo a proteção integral à família.

§ 3º - Deve ser garantida a não separação de membros familiares nos serviços de acolhimento.

Art. 38 - A coordenação do programa deve monitorar os encaminhamentos realizados nos atendimentos e acompanhamento, tanto para outros serviços da Rede Socioassistencial, quanto para as outras políticas públicas, o sistema de justiça e as organizações da sociedade civil, apoiando a população em situação de rua no que for necessário.

Art. 39 - O Estado e os municípios deverão fazer as articulações necessárias para garantir o acesso das pessoas em situação de rua à rede de proteção socioassistencial e ao mundo do trabalho, através de sua inclusão em programas de capacitação de mão de obra, considerando suas especificidades e diversidade.

Art. 40 - A população de rua é garantida a convivência social pacífica nos espaços e logradouros públicos em igualdade de condições com os demais cidadãos, com preservação de sua incolumidade, de sua privacidade e de seus pertences pessoais, assegurando atenção protetiva dos órgãos e agentes públicos contra práticas arbitrárias ou condutas vexatórias ou violentas.

Art. 41 - Às pessoas em situação de rua é garantido o direito à educação, observadas suas necessidades específicas, visando à superação da situação de rua, priorizando-se a construção coletiva de procedimentos e rotinas comuns e individuais compatíveis com sua situação.

Parágrafo Único - As pessoas em situação de rua devem ser incorporadas preferencialmente na rede oficial de educação, evitando as segregações existentes.

Art. 42 - As atividades desenvolvidas pelo Programa Marcha pela Cidadania e Ordem serão incorporadas ao Programa RJ PARA TODOS.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO ÚNICO

Art. 43 - Os órgãos competentes, quando necessário, expedirão normas complementares e específicas para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 44 - Os direitos previstos neste Decreto não excluem outros decorrentes de regulamentações expedidas por outros órgãos públicos.

Art. 45 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2021

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2336543

DECRETO Nº 47.737 DE 24 DE AGOSTO DE 2021

INSTITUI ITENS DE UNIFORMES PARA AS EQUIPES DE OBRAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-150001/009737/2021,

CONSIDERANDO:

- que a Identidade Visual, como o primeiro contato entre a Sociedade e o Poder Público, é reconhecida por intermédio de elementos visuais, de tipologia e pela padronização;

- que o uso de uniformes organiza o padrão visual de indumentárias e de produtos, o que facilita a identificação do agente público, proporciona melhores condições de trabalho aos servidores e fortalece ainda mais a relação entre Governo e Sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir os itens constantes do Anexo Único ao presente Decreto, que passam, doravante, a compor os uniformes das equipes de obras realizadas pelo Governo do Estado, conforme tipos e composições descritos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2021

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Camisa de Trabalho - Manga Curta e Manga Comprida
Sem a logo da empreiteira

CORES: 1 - amarelo: 5C | 0M | 100Y | 0K 2 - azul: 100C | 70M | 20Y | 0K 3 - Preto: 0C | 0M | 0Y | 100K

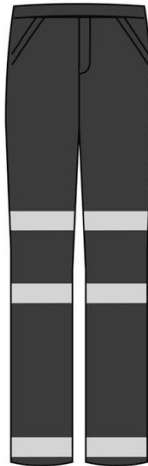
Tecido básico - brim leve amarelo com aplicação das marcas em silk screen, e mangas em brim na cor azul do Governo. Faixas refletivas em verde limão com 5cm de largura, aplicadas no corpo da camisa e nas mangas.

Camisa de Trabalho - Manga Curta e Manga Comprida
Com a logo da empreiteira

CORES: 1 - amarelo: 5C | 0M | 100Y | 0K 2 - azul: 100C | 70M | 20Y | 0K 3 - Preto: 0C | 0M | 0Y | 100K

Tecido básico - brim leve amarelo com aplicação das marcas em silk screen, e mangas em brim na cor azul do Governo. Faixas refletivas em verde limão com 5cm de largura, aplicadas no corpo da camisa e nas mangas. A logo da empreiteira entra sempre no fundo amarelo, sem o pontilhado utilizado para marcação.

Calça Comprida



CORES: azul: 100C | 70M | 20Y | 0K

Tecido básico - brim leve na cor azul do Governo.
Faixas refletivas em verde limão com 5cm de largura, aplicada nas pernas da calça.

Colete



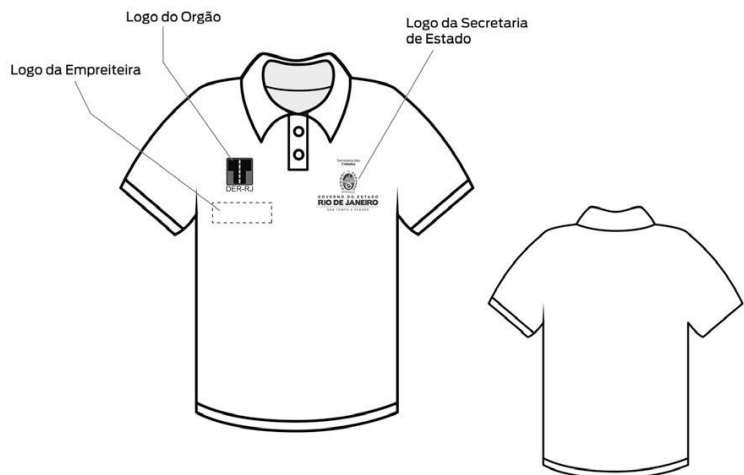
CORES: 1 - amarelo: 5C | 0M | 100Y | 0K 2 - azul: 100C | 70M | 20Y | 0K

Camisa Polo - Sem a logo da empreiteira



Camisa polo branca com aplicação das marcas.

Camisa Polo - Com a logo da empreiteira



Camisa polo branca com aplicação das marcas.
A logo da empreiteira entra sempre no fundo branco, sem o pontilhado utilizado para marcação.

OBS:
Atenção, a parte de trás da camisa deve ser lisa, isto é, sem elementos.

Capacete



A cor do capacete pode variar de acordo com a necessidade de cada órgão.

Avental



Avental em brim azul com as logos aplicadas.
A logo do órgão entra sempre no fundo azul, sem o pontilhado utilizado para marcação.

Id: 2336555